

Superando Barreiras Invisíveis: Inclusão Social de Docentes e Discentes da Área de Negócios na Educação Superior

RESUMO

A discussão teórica e holística sobre a qualidade da educação superior ainda é falha, e pode ser relatada pela dificuldade em encontrar estudos que considerem o conceito universal de acesso à educação sem desprezar a discussão de inclusão social. Para preencher essa lacuna, este artigo teve por objetivo analisar a inclusão social de docentes e discentes da área de negócios na educação superior nos últimos anos. Para tanto a pesquisa desenvolveu-se por meio de uma metodologia descritiva, documental e quantitativa. Os resultados desta pesquisa são inéditos e representam uma discussão importante para a superação de barreiras invisíveis que discutem a da inserção social de pessoas com deficiência no ensino superior. De forma geral os resultados foram apresentados considerando os dois lados envolvidos, tanto dos docentes como dos discentes nos cursos de administração e ciências contábeis, que pode ser apresentado como um perfil dos 4 anos de análise. Conclui-se que a discussão e o olhar para um cenário de inclusão vão além de palavras e desejos. A inclusão social precisa ser uma realidade e felizmente é uma realidade que tem começado a apresentar seus primeiros números na área de negócios.

Palavras-chave: Inclusão Social; Educação Superior; Contabilidade; Administração, Negócios.

1 INTRODUÇÃO

Estudar as informações geradas pela educação superior do Brasil dos últimos 50 anos pode gerar resultados surpreendentes. Isso porque, a quantidade de cursos abertos a exemplo, nos últimos 10 anos, levanta questionamentos quanto à qualidade da educação oferecida. A expansão do ensino superior se deu de forma distinta entre as redes públicas e privadas, apontando proporções superiores em redes privadas (DOURADO, 2002). A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394 de 1996 (BRASIL, 2006), foi a principal responsável por tornar o ambiente educacional favorável ao aumento de universidades privadas, que gerou um natural aumento de competitividade entre instituições.

Para Jacob (2003), no entanto, o grande crescimento do ensino superior nas últimas décadas levou a uma deterioração da qualidade. A preocupação quanto a estes resultados se deve ao fato de que a educação é um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, e deve ser acessível a todos no decorrer da vida, sendo que aliado ao acesso qualidade é fundamental (BORTOLANZA, 2017). O modelo de expansão da educação superior adotado no Brasil, destacado pela Reforma Universitária de 1968 (Lei n. 5.540/68), e intensificada com a aprovação da LDB (Lei n. 9.394/96), não objetivou resolver o problema do atendimento em níveis compatíveis com a riqueza, e ainda, criou uma privatização e mercantilização sem precedentes, com graves consequências sobre a qualidade do ensino oferecido e sobre a equidade de acesso (DOURADO, 2002).

Apesar de representar um tema de importante interesse público, as discussões formadas até hoje se voltam exclusivamente às questões da qualidade no que tange a aprendizagem, o conteúdo ensinado e os custos para manter uma universidade. Contudo, destaca-se que não houve atenção suficiente na literatura a outros critérios de qualidade, como os relacionados aos indivíduos, especialmente no que se refere às questões sociais como o acesso a educação, não só no sentido financeiro, mas também na preparação das organizações para integrar indivíduos que precisam de inclusão social (BORTOLANZA, 2017), o que se deve inclusive a falta de estrutura das universidades para tratar deste tema.

As dificuldades de estruturação do ensino superior condizem com as inúmeras Reformas Educacionais ocorridas desde a República Velha, até 1930 que tem critérios políticos acima da base de cunho científico. Aparentemente o quadro não se alterou visto que a Educação continua em busca de um modelo para o alcance de seus propósitos (BORTOLANZA, 2017). Quanto ao Brasil, especificamente se comparado a América e a Europa, não se minimizam as dificuldades a ser galgada para atender a grande demanda da população ainda sem acesso a formação superior, e por isso, é necessário entender que a universidade é um produto histórico e social.

Em relação ao produto social, considerando que o mundo em constante transformação necessita de profissionais em constante aperfeiçoamento e capacitação (MAINARDES, DOMINGUES, 2010), para estar dentro de um padrão o mercado de trabalho tem exigido profissionais que se qualifiquem e em muitos casos, busquem instituições de ensino. No entanto, parece que nem todos os indivíduos que querem fazer parte deste mercado conseguem ou tem as mesmas possibilidades, ou seja, hoje o aluno não é mais o mesmo de tempos atrás (MAINARDES, DOMINGUES, 2010). Além disso, considerando um cenário em que com a mesma frequência em que a necessidade aumenta surgem novas instituições de ensino, infelizmente, em muitos casos, as organizações que tem surgido visam apenas lucrar sobre essa demanda.

Para representar uma IES sem estas tendências na atualidade as organizações estão tendo que se interessar não só pelo que a sociedade solicita, em termos de competência dos diplomados, mas também pelo que os estudantes sentem sobre a experiência educacional que têm, vão ter ou tiveram (ABDULLAH, 2006). Uma das principais questões não abrangidas em discussões teóricas até o presente momento, mas que apresenta uma relação direta com a discussão de qualidade, se refere à inclusão social dos indivíduos ligados as instituições de ensino, dentre eles docentes e discentes.

Uma das maiores dificuldades apresentadas por esta discussão se refere à falta de entendimento do conceito geral de inclusão social, que parece estar ampla e demasiadamente mal compreendida (CAMARGO, 2017). A inclusão social nesta pesquisa deve ser entendida com base no conceito de Baptista, Cardoso e Martins (2018) que se refere ao direito das pessoas que possuem alguma deficiência ou síndrome de ter o mesmo estilo de vida das pessoas consideradas comuns. Continuamente, a pesquisa de inclusão seja em qualquer dos ambientes de interesse educação, trabalho ou lazer irá incorrer em dificuldades teóricas e práticas, sendo esses: o saber e o saber fazer a inclusão (SOUZA-SILVA; DIEGUES; CARVALHO, 2012).

Neste contexto, a educação é um dos pilares fundamentais, pois é a partir dela que toda a sociedade se transforma, e compreende-se que ela é um ponto chave para a discussão das “barreiras invisíveis” impostas pela sociedade em relação à inclusão social. Considerando o exposto, quanto à necessidade crescente dos indivíduos em pertencer ao mercado de trabalho,

a visão baseada em lucro das organizações e crescente discussão de inclusão, esta pesquisa tem por objetivo analisar a inclusão social de docentes e discentes da área de negócios na educação superior no Brasil. Para tanto a questão de pesquisa foi formada: Qual a inclusão social identificada para docentes e discentes da área de negócios na educação superior?

Justifica-se a realização desta pesquisa, especialmente pela ausência de pesquisas que abordem temas de inclusão, diversidade e responsabilidade social, mesmo que estas estejam cada vez mais fazendo parte do cotidiano das organizações e da vida da população. Neste contexto, observa-se o esforço crescente por parte de vários segmentos em contribuir para definição de uma sociedade mais justa, e assim objetiva-se compreender esse cenário em um dos pilares que fomentam estes conceitos de igualdade, que é a educação, sob o ponto de vista do cenário encontrado que tem se voltado especialmente ao lado econômico dos negócios.

Justifica-se ainda que por meio de pesquisas como esta, seja possível no mínimo discutir algumas mudanças atitudinais, que possam vivenciar a implementação de uma cultura organizacional baseada em valores e no respeito às diferenças e à valorização das pessoas. (CARDOSO, 2013; SOUSA, BURIGO, 2019). Assim como sugerido por Jacob (2003) o ensino superior, diante dessas mudanças, estaria respondendo aos imperativos de sobrevivência da organização moderna, ao atender aos critérios de qualidade, competência, competitividade, produtividade, avaliação, controles, participação, foco no consumidor e no social e agregação de valor social e econômico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Inclusão Social no Contexto Social e Acadêmico

A inclusão social, a desigualdade e a exclusão social tem se demonstrado como temas de notável gravidade tanto a nível nacional como internacional (SERAFIM; DAGNINO, 2011). Para Serafim e Dagnino (2011) a necessidade individual de prover maior renda e alcançar a maior riqueza possível, é um dos maiores agravantes da desigualdade socioeconômica no país. Apesar de esforços sociais já terem sido realizados para a redução da desigualdade, objetivando especialmente mais igualdade entre os mais diversos indivíduos, não houve avanços significativos (DUMÉNIL; LÉVY, 2003).

Para Serafim e Dagnino (2011) atrelado ao cenário de globalização, o Brasil aderiu a algumas políticas públicas com o objetivo diminuir a desigualdade, porém, segundo os autores essas políticas foram desenvolvidas por meio de estratégias conservadoras e orientadas a interesses econômicos. Ainda, para Camargo (2017) isso faz com que o conceito de inclusão social esteja amplo e demasiadamente mal compreendido pelo senso comum, pois, as pessoas comumente confundem inclusão com educação especial no contexto da educação tradicional, porém, a inclusão social se refere aos mais variados espaços físicos e simbólicos.

Assim para Camargo (2017) a inclusão social deve ser vista no contexto de um grupo de pessoas que possuem suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas. Para o autor, o paradigma da inclusão social, identidade, diferença e diversidade são representativas para as vantagens sociais que podem favorecer o aparecimento e estabelecimento de relacionamentos com solidariedade e colaboração. Para o autor, ainda em relação dialética do grupo inclusivo com o objeto sociocultural, “transformam-no e são transformados por ele”.

Em uma visão pouco diferenciada, Sassaki (1997) já afirmava que a inclusão social pode ser entendida como um processo que visa à adaptação, por parte do indivíduo que possui necessidade de inclusão e acessibilidade, e também por parte da sociedade em que este está inserido, para que assim todos estejam confortáveis, podendo gozar das mesmas oportunidades

e obterem assim a mesma possibilidade de permanência. Ainda, Mazzota e D'Antino (2011), entendem a inclusão social como a participação não passiva nos diversos e diferentes grupos de convivência social, sendo a deficiência também entendida como perda ou anormalidade em qualquer forma, incluindo de forma psicológica.

Para Salini e Dreher (2009), o pensamento em inclusão social é remetido imediatamente à exclusão social. Sendo essa segunda exposta por Escorel (1999) como toda e qualquer situação ou condição de carência socialmente, ou obstáculos de acessibilidade, preconceito ou discriminação, fragilidade ou debilidade e qualquer sentido. A exclusão social não é fundamentada apenas pela escassez material, mas sim pela usual negação ou inaptidão do portador, no que se refere à qualidade com membro da comunidade, indivíduo e ser humano, que possui vontades e propósitos legítimos que podem lhe identificar e diferenciar (SALINI; DREHER, 2009).

De forma mais concisa e forte, Escorel (1999) afirma que a exclusão é o não pertencer a algum local social, implicando em certa supressão social, tornando quase tudo indiferente e hostil, impedindo mesmo que por tempo determinado a interação social, os relacionamentos sociais, de desenvolvimento da sociedade, o de conhecer e ser reconhecido como indivíduo pertencente da comunidade e gozador dos mesmos direitos e deveres de todos os demais.

Ainda, voltando a sua remetente, Baptista, Cardoso e Martins (2018) afirmam que inclusão social advém do direito das pessoas que possuem alguma deficiência de ter o mesmo estilo ou padrão de vida das pessoas consideradas pela comunidade como normais ou comuns, e para isso é necessário garantir as pessoas passíveis de inclusão a oportunidade de participação nas atividades praticadas por pessoas de mesma idade. Entretanto, a sociedade por vezes percebe o indivíduo que possui alguma deficiência como sem habilidade de desenvolver atividades, sejam essas no trabalho ou no pessoal (MACHADO, 2001).

Continuamente, a pesquisa de inclusão seja em qualquer dos ambientes de interesse educação, trabalho ou lazer irá incorrer em dificuldades teóricas e práticas, sendo esses: o saber e o saber fazer a inclusão (SOUZA-SILVA; DIEGUES; CARVALHO, 2012). Neste contexto, agora especificamente quanto a educação, essa se caracteriza como um ponto central, estando presente em toda a vida infantil e adulta de todos os indivíduos, isso não por ser apenas um direito humano fundamental, mas por também propiciar o desenvolvimento produtivo, possibilitar a equidade intergeracional, e também capacitar os indivíduos para que realizem os seus mais diversos projetos de vida (BEZERRA; GURGEL, 2012).

Sendo assim, mesmo que o histórico da educação superior até aproximadamente o ano de 1990 seja de um ensino destinado a membros das camadas mais altas da sociedade, essa realidade vem se modificando, obtendo assim cada vez mais expansões que buscam expressivamente superar essa limitação (HEINEN, 2008; BEZERRA; GURGEL, 2012). Sendo assim, diversos programas foram criados com intenção de inclusão social no ensino superior. Entre esses programas de cotas para ingressos do ensino público, cotas raciais e para portadores de deficiências, além de diversos programas de auxílio financeiro ou financiamento para o ingresso em instituições particulares.

Para Kern e Ziliotto (2011) o principal motivo para criação das cotas e programas de auxílio é o fato de que instituições públicas de educação superior não podem representar um ambiente destinado e ocupado somente pela elite. Contudo, esses resultados ficam evidentes quando alunos do ensino privado em módulo regular possuem maior índice de inserção em universidades públicas, o que difere usualmente do candidato de escolas públicas que por

vezes não alcançam o desempenho necessário e se voltam assim para instituições privadas (SANTOS 2008).

Assim, a universidade pode ser vista como uma instituição de ambiente diverso e inclusivo, que fomenta ações que visam atender a toda população que compõe os seus arredores, dentro de suas especificidades (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017; CHAUÍ, 2003; SOUSA; BURIGO, 2019). Por outro lado, analisando do ponto de vista empregatício, e não mais discente, a inclusão de servidores com deficiência requer uma análise que contemple as condições de trabalho, conhecendo assim as limitações e expansões que o trabalho possui, para que se possa propiciar ao servidor a convicção de realização e potencialização no ambiente de trabalho, assim como os demais (SOUSA; BURIGO, 2019).

O trabalho, quanto a inclusão social, é, assim como o ambiente de educação, uma grande parte dos indivíduos que necessitam de inclusão, pois ele auxilia na construção da identificação do indivíduo, sua personalidade, e seu desenvolvimento pessoal, se tornando indispensável para qualquer pessoa (SOUZA-SILVA; DIEGUES; CARVALHO, 2012). Para Toledo e Blascovi-Assis (2007) o trabalho possui, por outro lado, a importância por ser na visão dos indivíduos o caminho para certas recompensas que se almejam, como recompensas pessoais, por exemplo auto-estima, e recompensas externas, como por exemplo o salário.

Para Fernandes e Silva (2008), porém, mesmo os interesses sendo os mesmo tanto para pessoas com ou sem deficiência, os portadores de necessidades especiais possuem muitos mais obstáculos no seu caminho, isso desde a qualificação profissional, quanto a baixa inclusão escolar, a dificuldade muitas vezes de acessibilidade e mobilidade, o preconceito das pessoas, entre outros fatores. Questões que recaem em todos os ambientes de vivência do portador de alguma deficiência, tanto na sociedade em si, quanto no ambiente educacional, no ensino superior que o provedor da qualificação e no ambiente de trabalho.

A presente pesquisa trata como inclusão social na universidade em relação aos discentes, as questões raciais, de deficiência de qualquer forma e baixa renda. Sendo as mesmas questões abordadas para o estudo dos docentes, com exceção da baixa renda. O próximo tópico aborda a forma específica como a pesquisa foi realizada.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa possui como objetivo analisar a inclusão social de docentes e discentes na educação superior, para tanto se caracteriza como descritiva, documental e quantitativa. Foram analisadas informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) referentes aos dados da educação superior no período 2014 a 2018.

Os dados analisados são referentes aos docentes e discentes da educação superior de todo o país da grande área de Negócios, considerando administração e contabilidade que apresentam algum tipo de deficiência. Os dados foram coletados no segundo semestre de 2019, referentes ao último ano de divulgação no momento de coleta (2018), sendo esses disponíveis no site eletrônico do INEP > microdados disponíveis > censo da educação superior > 2018. O censo da educação superior não possuía os dados quanto aos discentes com alguma deficiência para o ano de 2016, então os dados referentes há esse ano foram excluídos da amostra. Sendo analisados por fim, os anos de 2014 a 2018 para os docentes, e 2014, 2015, 2017 e 2018 para os discentes.

Fazendo o filtro de quantos dos estudantes do ensino superior possuem alguma deficiência foram encontrados um total de 208.811 estudantes registrados como portadores de alguma deficiência, desses foram retirados a amostra dos estudantes que pertenciam a área de

negócios (administração e contabilidade). Resultando em uma amostra de 25.097 alunos nos quatro anos de pesquisa. Para os docentes, como esses normalmente atuam em mais de um curso, foram tratados os dados gerais desses.

A área de contabilidade e administração são referentes aos códigos do Cine_Brasil 0411C01 e 0413A01, e ao código do OCDE, 345A01 e 344C02, respectivamente. Os docentes que possuem alguma deficiência compreenderam o total de 8.585 nos cinco anos da amostra. A análise dos dados compreendera o desenvolvimento de tabelas com relações entre as variáveis propostas, e gráficos que expressam as evoluções de acordo com os anos da pesquisa.

Será analisado os docentes de acordo com o tipo de instituição de ensino superior que os emprega, a escolaridade de acordo com o gênero dos docentes, o gênero relacionado a raça declarada e por fim a quantidade de docentes de acordo com as deficiências particulares declaradas. Quando aos discentes a análise compreendera a quantidade que possui alguma deficiência no ensino superior de acordo com os anos de pesquisa, a forma de ingresso por ano, o tipo de instituição de ensino superior que mais se concentram os discentes de acordo com o gênero e tipo de escola do ensino médio e por fim, assim como no caso dos docentes, analisa-se a quantidade de discentes de acordo com cada deficiência em particular, sendo que este grupo possui os diferenciais em relação aos docentes quanto a superdotação, deficiência múltipla, autismo, síndrome de Asperger, síndrome de RETT e transtorno desintegrativo.

Os casos relatados por serem considerados como uma tentativa de acessibilidade e auxílio na inclusão social, todos os meios de reservas de vagas, regulamentadas pelas políticas públicas universitárias, estes para os grupos de escolas públicas, negros, baixa renda, deficiência, entre outras categorias, que representam ferramentas sociais que objetivam promover condições de igualdade de oportunidade para a frequência no ensino superior brasileiro (BEZERRA; GURGEL, 2012)

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados da pesquisa acontece em dois momentos, primeiramente é tratada a amostra referente aos docentes que atuam no ensino superior, seguido da amostra referente aos discentes matriculados nos mesmos cursos. Os dados são apresentados inicialmente quanto à estatística descritiva que apresenta uma ideia geral de quais os parâmetros gerais dos dados, seguidos das relações propostas e análise temporal das variáveis que possuem maior relevância social para a discussão proposta.

4.1 Análise Docente

A análise da estatística descritiva dos docentes compostos pela amostra dos cursos de administração e ciências contábeis do Brasil é apresentada pela Tabela 1.

Tabela 1 – Estatística Descritiva dos Docentes da amostra

Docentes							
Tipo de IES							
	1	2	3	4	5	7	-
Freq.	1.730	1.120	55	2.397	3.225	56	-
Percentual	20,15%	13,07%	0,64%	27,92%	37,57%	0,65%	-
Escolaridade							
	1	2	3	4	5	-	-
Freq.	1	142	2.622	3.331	2.489	-	-
Percentual	0,01%	1,65%	30,54%	38,80%	28,99%	-	-

Sexo							
	1	2	-	-	-	-	-
Freq.	3462	5132	-	-	-	-	-
Percentual	40,33%	59,68%	-	-	-	-	-
Raça							
	0	1	2	3	4	5	6
Freq.	1025	5552	253	1453	130	15	157
Percentual	11,94%	64,67%	2,95%	16,92%	1,51%	0,17%	1,83%
Deficiência (8585)							
	Cegueira	Auditiva	Física	SurdoCeg.	Múltipla	Intelectual	-
Freq.	306	1627	3984	24	77	4	-
Percentual	3,56%	18,95%	46,41%	0,28%	0,90%	0,05%	-
Idade							
	23 – 34	35 – 46	47-58	59-70	71-82	83-94	-
Freq.	1136	2868	2869	1500	187	25	-
Percentual	13,2%	33,4%	33,4%	17,5%	2,2%	0,3%	-

Legenda: Tipo de IES: 1 – Pública Federal; 2 – Pública Estadual; 3 – Pública Municipal; 4 – Privada sem fins lucrativos; 5 – Privada com fins lucrativos; 7 – Especial. Escolaridade: 1 – Sem graduação; 2 - Graduação; 3 - Especialização; 4 – Mestrado; 5 - Doutorado. Sexo: 2 – Masculino; 1 – Feminino; Raça: 1 - Branca; 2 - Preta; 3 - Parda; 4 - Amarela; 5 - Indígena; 6 – Não dispõe de informação.

Fonte: Dados da Pesquisa

Sendo assim pode-se perceber que a maioria dos docentes que possuem alguma deficiência atuam nas instituições privadas (com e sem fins lucrativos), totalizando essas instituições juntas 65,49% dos docentes com deficiência que atuam no ensino superior. Ainda quanto as IES, tem-se que a instituição que menos emprega docentes com deficiência são as públicas municipais com apenas 0,64%. As universidades públicas federais não ficam muito atrás quanto a porcentagem particular para o emprego dos docentes, apresentando um percentual de 20,15% do total dos docentes atuantes no ensino superior brasileiro.

Continuamente, analisando agora os docentes quanto as suas formações, tem-se que a maioria possui especialização e mestrado, totalizando 69,34% dos docentes, sendo o valor mais proeminente o valor para docentes com mestrado em um total de 38,80%. Não longe desses, tem os docentes que possuem doutorado, possuindo um total de 28,99%. Pode-se perceber de acordo com os dados que os docentes possuem em suma algum curso de pós-graduação para atuar no ensino superior, sendo esses de especialização, mestrado ou doutorado. Ainda, tem-se que apenas 143 docentes dos 8.585 da amostra que possuem apenas graduação ou nenhuma graduação. Infere-se que esses docentes devem ser de disciplinas provavelmente mais aplicadas que se conduzem melhor com a explicação de um profissional atuante, e que por vezes não continuou a formação acadêmica.

Quanto ao sexo, tem-se que a maioria dos docentes que possuem alguma deficiência atuantes no ensino superior são homens, compreendendo um total de 59,68%. Enquanto as mulheres são 40,32% da amostra de pesquisa. A raça por sua vez possui o grupo mais proeminente quanto a docentes de raça Branca, com 64,67%, seguido dos docentes de raça Parda com 16,92%, e os que não informaram a raça com 11,94% dos docentes. Infere-se a falta de inclusão quanto aos docentes de outras raças, uma vez que a maioria dos docentes são da raça branca, enquanto os negros são apenas 2,95% dos docentes.

Agora quanto as deficiências, tem-se a maior concentração em deficiência física e auditiva, compreendendo 65,36% da amostra de pesquisa. Enquanto, a surdocegueira e a deficiência intelectual, são apenas 0,33% da amostra. Percebe-se que a inclusão é maior das

deficiências que não comprometam em alto nível o intelectual dos docentes, sendo as deficiências físicas mais fáceis de se trazer acessibilidade, e quanto à auditiva, se tem um alto uso de aparelhos auditivos além da grande incorporação da linguagem de sinais, Libras, no dia-a-dia das universidades.

Por fim, quanto as idades dos docentes, tem-se que a maioria dos docentes possuem a idade entre 35 e 58 anos, compreendendo 66,8% da amostra. Se adicionarmos o grupo que possui idades entre 59 e 70 anos, tem-se 84,3% da amostra de pesquisa. Caracterizando os docentes com deficiência que atuam no ensino superior como de pessoas mais maduras, mais experientes.

As instituições de ensino e suas contratações anuais de pessoas com deficiência estão apresentadas na Tabela 2. Nessa pode-se perceber a coerência de contratações nos cinco anos da pesquisa. Ressalta-se o aumento de 70,5% das contratações de pessoas com deficiência por parte das universidades federais, considerando os anos 2014 e 2018. As públicas estaduais também possuem um aumento nas contratações com o passar dos anos. Assim como visto na estatística descritiva as instituições públicas municipais e caracterizadas como especiais são as que menor possuem contratações de docentes com deficiências, sendo que essas ainda decresceram com o passar dos anos, indo de encontro a tendência central de contratações.

Tabela 2 – Quantidade de docentes por tipo de IES de acordo com os anos

Ano	Tipo de IES						Total
	1	2	3	4	5	7	
2014	261	145	12	260	598	36	1312
2015	278	218	8	575	654	8	1741
2016	285	226	10	618	682	7	1828
2017	461	254	16	566	675	1	1973
2018	445	279	9	378	616	4	1731
Total	1730	1122	55	2397	3225	56	8585

Legenda: Tipo de IES: 1 – Pública Federal; 2 – Pública Estadual; 3 – Pública Municipal; 4 – Privada sem fins lucrativos; 5 – Privada com fins lucrativos; 7 – Especial.

Fonte: Dados da Pesquisa

Corroborando também com a estatística descritiva as universidades com fins lucrativos são as que mais contratam em todos os anos, mesmo tendo a maior contratação em 2016, a diferença para 2017 é de apenas 66 docentes, indicam uma alta contratação deste tipo de IES de docentes com deficiência no ensino superior. Por fim, as universidades privadas sem fins lucrativos também possuem um aumento de contratação de docentes se comparados 2014 e 2018, porém os anos com mais contratações são os referentes a 2015, 2016 e 2017, sendo esses significativamente maiores que os apresentados em 2014 e 2018.

Sendo assim, tem-se que os anos que tiveram maiores contratações dos analisados na pesquisa, foram os de 2016 e 2017, com 1828 e 1973 contratações, respectivamente. Continuamente, a Tabela 3 apresenta a quantidade de docentes de acordo com o gênero e escolaridade para os cinco anos da pesquisa.

Tabela 3 – Quantidade de docentes de acordo com a escolaridade apresentada

Ano	Sexo	Escolaridade					Total
		1	2	3	4	5	
2014	2	1	19	271	292	210	793
	1	0	19	138	221	141	519

2015	2	-	22	365	399	259	1045
	1	-	13	229	272	182	696
2016	2	-	16	377	412	292	1097
	1	-	9	223	308	191	731
2017	2	-	6	216	341	259	822
	1	-	14	355	426	356	1151
2018	2	-	10	177	264	243	694
	1	-	14	271	396	356	1037
Total		1	142	2622	3331	2489	8585

Legenda: Escolaridade: 1 – Sem graduação; 2 - Graduação; 3 - Especialização; 4 – Mestrado; 5 - Doutorado.
 Sexo: 2 – Masculino; 1 – Feminino.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Pode-se perceber de acordo com a Tabela 3 que para o ano de 2014, foram contratados mais homens que mulheres independentes do nível de escolaridade. O mesmo ocorre para os anos de 2015 e 2016. Porém, nos anos de 2017 e 2018 as mulheres foram contratadas mais que os homens de acordo com todos os níveis de escolaridade. Sendo assim, infere-se que as mulheres docentes vem ganhando mais espaço no ambiente de trabalho, e com toda a busca de igualdade de gênero, mesmo nesse cenário ainda mais controverso de ter alguma deficiência, as mulheres ganham espaço com sua luta social pela igualdade, se afirmando assim mais confiante quanto ao seu potencial e dona de sua liberdade.

Continuamente a essa discussão, a Tabela 4 apresenta a quantidade de docentes atuando em nível superior de acordo com o gênero e raça dos mesmos. Dessa forma, observa-se que assim como apresentado na tabela anterior, os homens são maioria independente da raça para os anos iniciais, de 2014 à 2016, sendo que as docentes femininas superam esses em número nos anos de 2017 e 2018.

Tabela 4 – Quantidade de Docentes de acordo com o sexo e a raça nos anos da Pesquisa

Ano	Sexo	Raça							Total
		0	1	2	3	4	5	6	
2014	2	77	527	20	113	9	-	47	793
	1	62	323	10	81	8	-	35	519
2015	2	82	697	28	183	9	1	45	1.045
	1	64	436	16	134	17	0	29	696
2016	2	120	739	41	184	13	0	0	1.097
	1	70	493	18	135	15	0	0	731
2017	2	125	511	22	150	11	3	0	822
	1	181	724	39	183	19	5	0	1.151
2018	2	108	417	21	132	12	3	1	694
	1	136	685	38	158	17	3	0	1.037
Total		1.025	5.552	253	1.453	130	15	157	8.585

Legenda: Sexo: 2 – Masculino; 1 – Feminino; Raça: 1 - Branca; 2 - Preta; 3 - Parda; 4 - Amarela; 5 - Indígena; 6 – Não dispõe de informação.

Fonte: Dados da Pesquisa

Ainda, pode-se notar que a raça indígena possui evidentemente menos docentes representando-a em comparado as demais raças. Isto pode ser a diversos motivos, porém a amostra dessa raça no estudo é relevantemente pequena. Ainda, as pessoas que se consideram

amarelas possuem baixa representatividade, juntamente com os que não possuem informações de raça e os pretos.

Complementarmente, as raças Brancas e Pardas são as que possuem maiores representantes de docentes no ensino superior que possuem algum tipo de deficiência. Pode-se verificar ainda, que quanto a raça amarela, pode-se discutir uma preferência por mulheres amarelas, uma vez que contrariando a tendência central as mulheres amarelas foram as que mais apareceram em todos os anos, enquanto as demais raças seguem a lógica de mais homens nos anos iniciais e mais mulheres nos anos finais independentemente das raças declaradas.

O crescimento dos docentes portadores de cegueira, surdez e auditiva foi mais sutil, tendo todos eles crescidos, porém com uma diferença pequena entre as comparações de 2014 a 2018. Ainda, os docentes que possuem Baixa visão são os que possuem as maiores oscilações no gráfico, sendo que cresceram nos períodos 2014-2015 e 2015-2016 e nos períodos entre 2016-2017 e 2017-2018 decresceram, mesmo valendo lembrar os crescimentos em cada período foram maiores do que o decrescimento nos períodos simétricos. De forma a continuar a análise da inclusão social no ensino superior, o tópico seguinte do presente artigo apresenta a discussão quanto aos discentes que possuem algum tipo de deficiência que estão matriculados no ensino superior brasileiro.

4.2 Análise Discente

De posse dos dados da educação superior sobre docentes e discentes com alguma deficiência que cursam o ensino superior, e seguindo a mesma lógica de análise utilizada para análise docente, levantam-se agora alguns dados referentes aos discentes, que inicialmente são apresentados pela Tabela 5, de estatística descritiva.

Tabela 5 - Estatística descritiva dos discentes da amostra

Discentes							
Tipo de IES							
	1	2	3	4	5	7	-
Freq.	854	266	15	3560	1596	7	-
Percentual	13,56%	4,22%	0,24%	56,53%	25,34%	0,11%	-
Turno							
	1	2	3	4	-	-	-
Freq.	591	57	3.261	152	-	-	-
Percentual	14,55%	1,40%	80,30%	3,74%	-	-	-
Tipo de Curso							
	1	2	3	4	-	-	-
Freq.	6298	0	0	0	-	-	-
Percentual	100%	0	0	0	-	-	-
Modalidade do Curso							
	1	2	-	-	-	-	-
Freq.	4061	2237	-	-	-	-	-
Percentual	64,48%	35,52%	-	-	-	-	-
Escola do Ensino Médio							
	1	2	9	-	-	-	-
Freq.	4780	1472	46	-	-	-	-
Percentual	75,90%	23,37%	0,73%	-	-	-	-
Situação							
	2	3	4	5	6	7	-
Freq.	3944	669	1083	67	532	3	-

Percentual	62,62%	10,62%	17,20%	1,06%	8,45%	0,05%	-
Ingresso							
	Vestibular	ENEM	Res. Vagas	-	-	-	-
Freq.	4108	1364	602	-	-	-	-
Percentual	65,23%	21,66%	9,56%	-	-	-	-
Reserva de Vagas							
	Étnica	Deficientes	Ens.Público	Renda.Fam.	Outras	-	-
Freq.	176	398	353	138	18	-	-
Percentual	29,24%	66,11%	58,64%	22,92%	2,99%	-	-
Raça							
	0	1	2	3	4	5	9
Freq.	728	2730	517	2116	155	43	9
Percentual	11,56%	43,35%	8,21%	33,60%	2,46%	0,68%	0,14%
Sexo							
	1	2	-	-	-	-	-
Freq.	2711	3587	-	-	-	-	-
Percentual	43,05%	56,95%	-	-	-	-	-
Idade							
	17 – 26	27 – 36	37 – 46	47 – 56	57 – 66	67 – 76	-
Freq.	2952	2088	881	316	52	9	-
Percentual	46,87%	33,15%	13,99%	5,02%	0,83%	0,14%	-
Deficiência							
	Auditiva	Física	Intelectual	Múltipla	Surdez	Surdocegueira	Baixavisão
Freq.	1080	2674	280	129	243	25	1544
Percentual	17,15%	42,46%	4,45%	2,05%	3,86%	0,40%	24,52%
Deficiência							
	Cegueira	Superdotação	Autismo	Asperger	RETT	Trans. Desint.	
Freq.	297	175	54	38	17	25	
Percentual	4,72%	2,78%	0,86%	0,60%	0,27%	0,40%	

Legenda: Tipo de IES: 1 – Pública Federal; 2 – Pública Estadual; 3 – Pública Municipal; 4 – Privada sem fins lucrativos; 5 – Privada com fins lucrativos; 7 – Especial. Turno: 1- Matutino; 2 - Vespertino; 3- Noturno; 4- Integral. Tipo do Curso: 1- Bacharelado; 2- Licenciatura; 3- Tecnológico; 4- Bacharelado e Licenciatura. Modalidade do Curso: 1- Presencial; 2- Curso a Distância. Escola do Ensino Médio: 1 – Pública; 2 – Privada. Raça: 1 - Branca; 2 - Preta; 3 - Parda; 4 - Amarela; 5 - Indígena; 6 – Não dispõe de informação.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Pode-se perceber que a maioria dos discentes pertencentes à amostra de pesquisa estão matriculados em instituições privadas, destes sendo 56,53% nas com, e 25,34% nas sem fins lucrativos, perfazendo um total de 81,87% dos discentes com deficiência que estavam matriculados no ensino superior das áreas de administração e contabilidade, no período de análise. O formato de instituição que menos recebe discentes com deficiência são as universidades especiais com apenas 0,11%, o que pode representar duas coisas. A primeira é a de que o acadêmico tem buscado por universidades tradicionais, tentando por si só superar as barreiras dos preconceitos, e a segunda é a de que a funcionalidade de uma universidade especial é colocada em questão, sobre se de fato não acentua essas diferenças.

Em relação ao turno que estes acadêmicos têm estudado, encontra-se que 80,30% dos discentes estão estudando no noturno. Geralmente esse dado pode refletir o perfil dos cursos de administração e ciências contábeis que geralmente são oferecidos em cursos noturnos, devido o perfil do aluno que busca estes cursos, que são indivíduos que trabalham durante o dia e estudam a noite. Complementando as informações sobre o curso, a Tabela 6 apresenta

ainda informações sobre o tipo do curso, que demonstra que 100% dos alunos são acadêmicos de cursos de bacharelado.

Um dado importante sobre a educação superior relacionado aos cursos em análise é quanto à modalidade do curso que esses indivíduos com deficiência estão cursando. Isso porque, a acessibilidade e a inclusão têm diversas formas para serem contempladas, e as dificuldades podem ser mais aguçadas pela modalidade de como o curso é apresentado. Mas, os resultados apontam para acadêmicos que fazem os cursos analisados 64,48% são na modalidade presencial e 35,52% à distância. Esses resultados são importantes, considerando que a inclusão social sugere que os indivíduos com diferentes tipos de deficiência devem ter os mesmos direitos e estilo de vida das pessoas consideradas comuns (BAPTISTA; CARDOSO; MARTINS, 2018).

Outras informações importantes representadas pela Tabela 5 tratam da escola do ensino médio em que o indivíduo se formou se era uma escola pública ou privada que indicaram percentuais de uma grande maioria para 75,90% dos acadêmicos advindos de escola pública. Mas, uma das informações mais relevantes trata da situação dos deficientes em relação à adequação ao curso, que são apresentadas quanto as suas situações, onde o percentual de 62,62% cursando estes cursos neste período não é tão importante como entender o panorama daqueles que não estão cursando e seus motivos.

Como já exposto, além do percentual de 62,62% dos indivíduos da amostra neste período estar cursando o curso de forma regular, há uma população de 37,38% de acadêmicos que apresentam alguma outra condição, e como é exposto pela Tabela 6 10,62% se referem à matrícula trancada, 17,20% que foram desvinculados, 1,06% transferidos, 8,45% foram formados neste período e 0,05% falecido. Esses resultados apontam para um indício quanto à dificuldade de inclusão que pode gerar um número grande de desistentes e com matrícula trancada, que pode ser observado em grande número nos resultados.

Outras informações importantes se referem a raça, sexo e idade dos acadêmicos de administração e ciências contábeis com algum tipo de deficiência ou síndrome. Quanto à raça dos discentes deficientes encontram-se 43,35% de raça branca, e 33,60% de raça parda. O sexo confere a uma maioria de acadêmicas mulheres (56,95%) e a ainda um perfil de acadêmicos jovens com idade de 17 a 36 anos totalizando 80,02% da população. Esses resultados somados aos outros já relatados demonstram que as deficiências apresentadas pelos indivíduos dessa população, no geral, não o impedem de desenvolver suas atividades como um acadêmico normal, mas que dependendo dos casos, especialmente nos que os indivíduos não se adaptam podem gerar altos índices de desistência ou trancada de matrícula.

Os resultados apresentados até aqui têm duas interpretações, a primeira é de que existem sim algumas questões que podem estar esbarrando na inclusão e limitações das instituições quanto ao preparo para receber acadêmicos com deficiência e ainda tem pouco preparo para a inclusão destes. A outra é de que os indivíduos que buscam os cursos são resilientes e compreendendo as suas limitações e as possíveis que possam advir da organização, já buscam esta consciente das dificuldades que podem encontrar, mas dispostos a se adaptarem para serem incluídos na sociedade.

Por fim, considerando esse ambiente ainda falta relatar quais são os tipos de deficiências que os indivíduos têm buscaram cursos de negócios neste período apresentaram. Como apresentado também pela Tabela 5 a grande maioria se refere a deficiências físicas (42,46%), baixa visão (24,52%) e cegueira (4,72%), e ainda deficiência auditiva (17,15%). Em relação a outros transtornos que não relacionados a incapacidades físicas é possível

identificar um baixo percentual sendo 2,78% referente aos indivíduos com Superdotação e 0,86% com autismo. Esses resultados são extremamente importantes, pois representam os primeiros passos das discussões que visam mapear o papel das universidades na inclusão de pessoas que portem quaisquer deficiências.

Outra análise de discentes é de como estes tem chegado à universidade, conforme apresentado pela Tabela 6.

Tabela 6 – Quantidade de Alunos por Forma de Ingresso

Ano	Tipo de Ingresso				Total
	Vestibular	ENEM	Reserva de Vagas	Outra	
2014	4892	1015	215	95	6217
2015	4848	1156	300	301	6605
2017	4088	1115	419	355	5977
2018	4108	1364	602	224	6298
Total	17936	4650	1536	975	25097

Fonte: Dados da Pesquisa

Os resultados apresentados pela Tabela 6 são particularmente interessantes visto que demonstram o acesso gerado por meio de Vestibular e Enem uma proporção muito maior da que a de reserva por vagas. Esses resultados sugerem uma discussão já apresentada anteriormente por esta pesquisa que trata do interesse dos próprios discentes em relação à inclusão.

A apresentação de um número elevado para vestibular vai ao encontro dos achados quanto a uma maior participação dos discentes em IES privadas. Além disso, outra análise é apresentada pela Tabela 7, relacionada ao Tipo da IES, mas agora considerando o ingresso por ano, raça e sexo.

Tabela 7 – Tipo de IES, Raça e Sexo de Acordo com os Anos

Ano	Tipo de Instituição	Sexo			Ensino Médio		Total
		0	1	1	2	9	
2014	1	430	297	277	76	374	
	2	120	85	119	10	76	
	3	15	4	9	9	1	
	4	1290	1104	1622	165	607	
	5	1309	1478	2242	209	336	
	7	46	39	61	12	12	
2015	1	538	403	501	63	377	
	2	123	85	129	7	72	
	3	14	1	12	3	0	
	4	1511	1242	2095	89	569	
	5	1261	1408	2159	100	410	
	7	10	9	11	4	4	
2017	1	461	277	468	247	23	
	2	142	107	159	88	2	
	3	18	9	19	4	4	
	4	1548	1284	2079	716	37	
	5	1138	993	1641	476	14	
	7	0	0	0	0	0	
2018	1	531	323	633	210	11	
	2	156	110	170	96	0	

3	8	7	13	2	0
4	1980	1580	2858	678	24
5	908	688	1103	485	8
7	4	3	3	1	3

Fonte: Dados da Pesquisa.

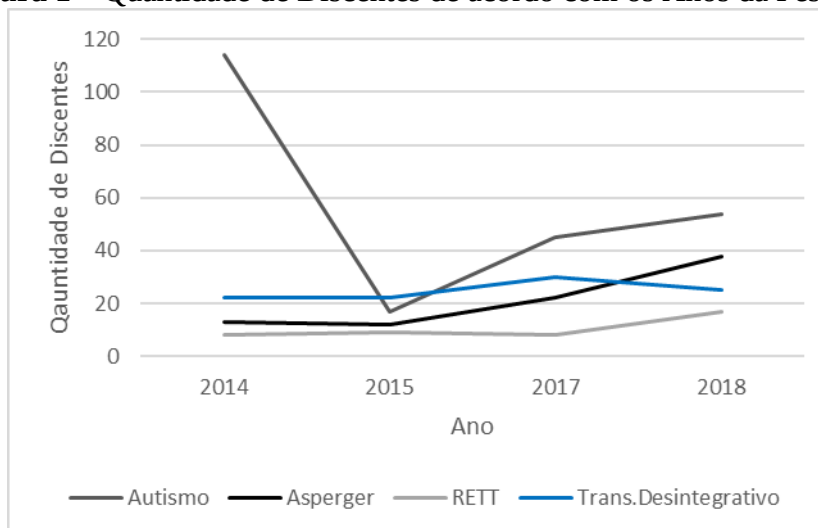
De forma geral, esses resultados revelam que das instituições privadas com e sem fins lucrativos que representam as que mais foram povoadas pelas discentes com deficiências para os cursos de administração e ciências contábeis em todos os anos de análise. A análise também é dividida em sexo e aponta mais uma vez para uma maioria de homens deficientes nos cursos analisados. Esses resultados se repetem ano a ano.

Analisando todo o cenário cada vez mais expandido e acionário quanto a ações sociais, a diminuição de discentes matriculados com deficiência auditiva instiga o pensamento de que talvez as universidades não estejam tomando as ações necessárias para a acessibilidade desses alunos, levando os mesmo a evasão ou não ingressar. O segundo gráfico é referente a evolução da quantidade de discentes em relação as demais deficiências apresentadas, sendo essas: intelectual, múltipla, surdez, surdocegueira, cegueira e superdotação.

Dentre essas, percebe-se o crescimento quanto a inclusão dos discentes que possuem deficiência múltipla, intelectual e cegueira, sendo a deficiência intelectual a que teve mais discentes ingressando no ensino superior dentre os anos da pesquisa. Em contrapartida, pode-se notar que os discentes que possuem superdotação, surdez ou surdocegueira tiveram seu número decrescido durante os anos da pesquisa, indicando como já mencionado uma possível falta de preparo das universidades para com esses discentes.

Finalizando a análise quanto aos discentes que possuem algum tipo de deficiência que estão matriculados no ensino superior, tem-se a Figura 1 que apresenta a quantidade de discentes da amostra que possuem autismo, síndrome de Asperger, síndrome RETT e transtorno desintegrativo.

Figura 1 – Quantidade de Discentes de acordo com os Anos da Pesquisa



Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a Figura 1 nota-se que os discentes com síndrome de RETT e Asperger foram os que mais conseguiram se incluir no ensino superior, sendo seu número no ensino

superior crescente dentre os anos da pesquisa. Lembrando que a síndrome de Rett é uma desordem no desenvolvimento neurológico (maioria feminino) e que a síndrome de Asperger é também um transtorno neurobiológico, afetando o modo com os portadores percebem e interagem com os demais indivíduos e sociedade, tem-se que a capacidade desses discentes de se incluírem no ensino superior é válida de ressalva.

Já os discentes com transtorno desintegrativo permaneceram com seus números quase inalterados com o passar dos anos. E os discentes com autismo tiveram um decréscimo considerável em sua quantidade nos anos da pesquisa. Considerando que o autismo é um problema psiquiátrico, afetando em suma a comunicação e capacidade de aprendizado e adaptação do indivíduo que o possui, infere-se que o decaimento dos números de discentes com essas características pode ser devido à falta de capacidade e estrutura das universidades quanto as peculiaridades e idiossincrasias desses discentes. Uma vez que indivíduos com autismo tendem a serem únicos no seu modo de vivenciar suas experiências e suas formas de comunicação para com a família, amigos e colegas. Reforça-se a necessidade de ações da universidade para que possam comportar e formar esses discentes que necessitam de alguma ação de inclusão para que obtenham a formação desejada.

5 CONCLUSÃO

A discussão teórica e holística sobre a qualidade da educação superior ainda é falha, e pode ser relatada pela dificuldade em encontrar estudos que considerem o conceito universal de acesso à educação sem desprezar a discussão de inclusão social. Para preencher essa lacuna, este artigo teve por objetivo analisar a inclusão social de docentes e discentes da área de negócios na educação superior nos últimos anos. Para tanto a pesquisa desenvolveu-se por meio de uma metodologia descritiva, documental e quantitativa. Sendo assim foram analisadas informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) referentes aos dados da educação superior no período 2014 a 2018.

Os resultados desta pesquisa são inéditos e representam importantes achados para discussão e importante passo rumo a superação de barreiras invisíveis que discutem a da inserção social de pessoas com deficiência no ensino superior. De forma geral os resultados foram apresentados considerando os dois lados envolvidos, tanto dos docentes como dos discentes nos cursos de administração e ciências contábeis, que pode ser apresentado como um perfil dos 4 anos de análise.

Em relação aos docentes, foi possível perceber que a maioria atua nas instituições privadas (com e sem fins lucrativos) e as que menos empregam estes docentes com deficiência são as públicas municipais. A maioria dos docentes quanto as suas formações, tem-se que a maioria possui especialização e mestrado, e são homens, de raça branca. Agora quanto às deficiências, tem-se a maior concentração em deficiência física e auditiva. Percebe-se que a inclusão é maior das deficiências que não comprometam em alto nível o intelectual dos a maioria dos docentes que em média possuem a idade entre 35 e 58 anos. De acordo com o exposto pelo artigo, foi possível perceber que a contratação de docentes com alguma deficiência é crescente de 2014 à 2017.

Em relação aos discentes, identificou-se um perfil de acadêmicos matriculados em instituições privadas, estudando no turno noturno, o que é coerente com a amostra dado que pode refletir o perfil dos cursos de administração e ciências contábeis. Do total observado, 100% são acadêmicos de cursos de bacharelado, e maioria na modalidade presencial. Esses resultados são importantes, considerando que a inclusão social sugere que os indivíduos com

diferentes tipos de deficiência devem ter os mesmos direitos e estilo de vida das pessoas consideradas comuns (BAPTISTA; CARDOSO; MARTINS, 2018).

Uma das principais discussões quanto aos discentes se refere à permanência do curso que atinge frontalmente as discussões de inclusão, visto que as observações de um grande número de desistências ou de acadêmicos trancando o curso, pode representar a falta de adaptação ao meio e assim, ser reflexo da dificuldade da IES com a inserção desses indivíduos. Das deficiências três tipos foram mais proeminentes nos discentes estudados, sendo esses referentes à deficiência auditiva, física e baixa visão. Reforça-se que como o caso dos docentes, houve poucos acadêmicos com comprometimento intelectual.

Conclui-se que a discussão e o olhar para um cenário de inclusão vão além de palavras e desejos. A inclusão social precisa ser uma realidade e felizmente é uma realidade que tem começado a apresentar seus primeiros números na área de negócios. O objetivo desta pesquisa assim é alcançado, pois objetiva lançar luz sobre um tema incipiente, mas que tem urgência em discussão. Em relação às discussões relacionadas à inclusão social de docentes e discentes nas instituições de ensino é uma temática descoberta na literatura, no entanto, representam uma importante contribuição para mapear o cenário atual e repensar formas integrativas na educação superior.

REFERÊNCIAS

ABDULLAH, F. Measuring service quality in higher education: HEDPERF versus SERVPERF. **Marketing Intelligence & Planning**, 2006, 24.1: 31-47.

BEZERRA, Teresa Olinda Caminha; GURGEL, Claudio Roberto Marques. A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social. **Pensamento & Realidade**, v. 27, n. 2, p. 95-117, 2012.

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. Da Universidade à commoditycidade: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. **Campinas, SP: Mercado de Letras**, 2017.

BORTOLANZA, J. **Trajetória do Ensino Superior Brasileiro– Uma Busca da Origem até a Atualidade**. 2017.

BRASIL. Lei de diretrizes e Bases (LDB). LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.

CHAUÍ, Marilena. A universidade sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, 2003.

SOUZA SILVA, João Roberto; DIEGUES, Débora; DE CARVALHO, Sueli Galego. Trabalho e deficiência: Reflexões sobre as dificuldades da inclusão social. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, v. 12, n. 1, 2018.

DOURADO, L.F. **Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90**. 2002.

DUMÉNIL, Gérard; LEVY, Dominique. Uma nova fase do capitalismo: três interpretações marxistas. 2003.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

FERNANDES A. L., SILVA S. M. D. Recrutamento e Seleção do profissional portador de deficiência nas organizações: Integração ou Inclusão? **FACEF PESQUISA**, v.11, n.2, 2008.

FERREIRA BAPTISTA, Vinícios; GUIMARÃES CARDOSO, Márcia Valéria; LOBATO MARTINS, Ubá. A inclusão das pessoas com deficiência no sistema educacional como instrumento viabilizador da igualdade: exposição e análise crítica dos respectivos indicadores. **Capital Científico**, v. 16, n. 1, 2018.

HEINEN, Juliano. As ações afirmativas como instrumento promotor da educação. **Revista Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 24-34, 2008.

JACOB, R.C.G. **Avaliação institucional e indicadores de qualidade nos cursos superiores**. 2003.

KERN, Maria Cristina Lunardi. **Universidade pública e inclusão social: As cotas para autodeclarados negros na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2011.

MACHADO, Carla Vinícia Campedelli. **Inclusão do deficiente no campo de trabalho**. 2001. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MAINARDES, E. W; DOMINGUES, M. J. A qualidade da administração das instituições de ensino superior: um estudo multicaso em instituições privadas que oferecem cursos de graduação em Administração em Joinville, SC. **Revista Economia & Gestão**, 2010, 10.22: 9-30.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 377-389, 2011.

PINTO, J. M. R. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação & Sociedade**, 2004, 25.88: 727-756.

SALINI, Talita Sheila; DREHER, Marialva Tomio. Turismo E Inclusão Social: A Realidade Da Região De Blumenau, Sc. **Revista Reuna**, v. 14, n. 1, 2009.

SANTOS, Edson. **Ministro defende cotas sociais nas universidades**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial, 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br/seppir/>. Acesso em 14 jul. 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: Ed W.V.A, 1997.

SERAFIM, Milena Pavan; DAGNINO, Renato Peixoto. A POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E AS DEMANDAS DA I NCLUSÃO SOCIAL NO GOVERNO LULA (2003-2006). **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 58, p. 403-427, 2011.

SOUSA, Evelise Santos; BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. Política de inserção de servidores com deficiência na universidade: o olhar dos gestores. **Navus-Revista de Gestão e Tecnologia**, p. 156-172, 2019.

TOLEDO, A. P. L., BLASCOVI-ASSIS, S. M. Trabalho e deficiência: significado da inclusão no mercado formal para um grupo de jovens com síndrome de down, **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, v.7, n.1, p.83-96, 2007.